



**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO**

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060  
Telefone: - www.ac.gov.br

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 225/2026- COMPRASGOV N.º 90225/2026**

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO:</b>	0819.012817.00037/2025-19
<b>ÓRGÃO CONTRATANTE:</b>	Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP
<b>UASG:</b>	927996
<b>MODALIDADE:</b>	PREGÃO
<b>FORMA:</b>	ELETRÔNICO
<b>SRP:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b>	<input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM <input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
<b>MODO DE DISPUTA:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
<b>VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
<b>VALOR ORÇADO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
<b>PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)</b>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">http://www.gov.br/compras/pt-br/</a>
DATA DA ABERTURA:	06/07/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	09hs:15min
PERÍODO DE RETIRADA:	17/06/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	<a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">http://www.gov.br/compras/pt-br/</a> e/ou <a href="http://www.licitacao.ac.gov.br">http://www.licitacao.ac.gov.br</a>
PREGOEIRO(A):	Bruna Souza de Almeida Gotelip
NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 255 de 26 de Março de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 14.233 de 27 de Março de 2026.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

## 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN), via entroncamento digital (E1/R2 ou SIP Trunk), integrado à prestação de serviços continuados de Suporte Técnico, Manutenção, Gerenciamento e Segurança da Solução de PABX Legada (Software Issabel/Asterisk), incluindo a capacitação técnica de servidores, destinado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP, conforme especificações do Termo de Referência

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

**Anexo I:** Termo de Referência

**Anexo II:** Minuta da ata de Registro de Preço

**Anexo III:** Minuta de Contrato

**Anexo IV:** Modelo de Proposta de Preços

## 2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e condições previstas neste Edital.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

2.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. [341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

## 3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.**

3.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

3.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

#### 4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

4.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

4.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação :**

4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

4.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

- 4.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**
- 4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 4.4. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.7. O disposto nos itens **4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

## 5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.
- 5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

## 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**
- 6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).
- 6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

- 6.4.4. cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)
- 6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).
- 6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1. **Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.
- 7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em



conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.

7.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.

7.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

## **8. DA SESSÃO PÚBLICA**

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

- I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
- II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
- III - divulgação do resultado da habilitação;
- IV - disputa entre os licitantes habilitados;
- V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
- VI - divulgação do resultado do julgamento; e
- VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

## **9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO**

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentua is entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos

lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.

9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

9.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).

9.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.

9.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.

9.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.

9.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.

9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:

9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

- 9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.21.2. empresas brasileiras;
- 9.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 9.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 9.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 9.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 9.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 9.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 9.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 9.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 9.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 9.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 9.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 9.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 9.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 9.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a)



Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

9.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), dentro do prazo estabelecido.

9.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

9.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE**

10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

10.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.5. **Será desclassificada a proposta que:**

10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;

10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;

10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.

10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:

10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e

10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:

10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:

10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.

10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **11. DA AMOSTRA**

11.1. Será conforme disposto no ITEM 21.4 do Termo de Referência - Anexo I do edital.

## **12. DA HABILITAÇÃO**

12.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

12.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

12.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

### **12.3.1. Habilitação Jurídica**

a) Contrato social ou instrumento equivalente.

### **12.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista**

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei

c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

### **12.3.3. Qualificação Econômico-Financeira**

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).

b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, **30 de abril do ano seguinte**. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

### **12.3.4. Qualificação Técnica**

a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

b) **E demais exigências solicitadas no ITEM 21 do Termo de Referência - Anexo I, do edital.**

12.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

12.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).

12.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

12.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

12.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), dentro do prazo estabelecido.

12.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

12.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver exposto, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

12.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

12.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

12.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

12.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

12.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

12.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

12.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitante(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

12.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

### **13. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO**

13.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

13.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

13.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
- III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

13.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

- 13.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.
- 13.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.
- 13.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).
- 13.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 13.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 13.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

#### 14. DOS RECURSOS

- 14.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.
- 14.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).
- 14.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.
- 14.3. A apreciação se dará em fase única; e
- 14.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.
- 14.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:
- 14.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e
- 14.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.
- 14.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.
- 14.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.
- 14.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- 14.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

#### 15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:
- 15.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;
- 15.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;
- 15.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e
- 15.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

#### 16. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CADASTRO DE RESERVA

- 16.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

- 16.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
- 16.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:
- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e
  - b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.
- 16.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.
- 16.2. O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.
- 16.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.
- 16.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 16.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 16.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
- 16.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 16.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 16.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 16.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

#### **17. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

- 17.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

#### **18. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

- 18.1. Não se aplica.

#### **19. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

- 19.1. Não se aplica.

#### **20. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 20.1. Será permitido a subcontratação, conforme está disposto no **ITEM 29** do Termo de Referência - Anexo I do Edital

#### **21. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO**

- 21.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

#### **22. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO**

- 22.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.



## **23. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

23.1. Não haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital.

## **24. DO TERMO DE CONTRATO**

24.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

## **25. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

25.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

## **26. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

26.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

## **27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

27.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

27.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

27.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

## **28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

28.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

28.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

28.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

28.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

28.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

28.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

28.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.

28.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

28.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

28.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

28.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos

apresentados em qualquer fase da licitação.

28.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

28.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

28.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.

28.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.

28.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com).

28.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

**Adriano Santos da Silva**

Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO SANTOS DA SILVA**, Cargo **Comissionado**, em 16/06/2026, às 09:08, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0021338809** e o código CRC **29EEF606**.

## ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 206/2026/SEJUSP - NUCCOMP

Processo nº 0819.012817.00037/2025-19

**1 – Órgão Solicitante: SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**

**2- OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN), via entroncamento digital (E1/R2 ou SIP Trunk), integrado à prestação de serviços continuados de Suporte Técnico, Manutenção, Gerenciamento e Segurança da Solução de PABX Legada (Software Issabel/Asterisk), incluindo a capacitação técnica de servidores, destinado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP, conforme especificações do Termo de Referência.

#### 2.1. DO LOTE PARA LICITAÇÃO

2.1.1. A contratação visa atender, de forma ininterrupta e com alta disponibilidade, às demandas críticas de comunicação de voz da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP/AC). O objeto abrange a conexão estratégica imediata da sede administrativa em Rio Branco e do Núcleo Integrado de Segurança em Cruzeiro do Sul, estabelecendo, simultaneamente, **margem quantitativa registrada** para a futura e eventual expansão do serviço para os demais municípios do interior do Estado do Acre, garantindo a capilaridade das operações do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC).

#### LOTE ÚNICO

Item (1)	Descrição Simplificada (2)	Unid. (3)	Qtd. Estimada para Registro (4)	meses (5)	VALOR UNIT. (6)	VALOR MENSAL (7)	VALOR ANUAL (8)	VALOR TOTAL PARA REGISTRO (9)
1	<b>Tronco Digital SIP com 30 Canais:</b> Fornecimento de serviço de telefonia fixa (STFC) através de um tronco digital com protocolo SIP, garantindo a capacidade de realização e recebimento de, no mínimo, 30 chamadas simultâneas com a rede pública de telefonia, incluindo um pacote de minutos ou tarifação por demanda, conforme detalhado neste Termo.	Serviço	04	60	R\$ 1.200,00	R\$		
2	<b>Terminais Telefônicos IP (Comodato):</b> Locação mensal de aparelho telefônico IP (HD Voice, PoE, Display), incluindo manutenção e substituição imediata (SLA 48h).	Unidade	50	60	R\$ 80,00	R\$		
Item (1)	Descrição Simplificada (2)	Unid. (3)	Qtd. Estimada para Registro (4)	meses (5)	VALOR UNIT. R\$ (6)		VALOR TOTAL PARA REGISTRO R\$ (7)	

Item (1)	Descrição Simplificada (2)	Unid. (3)	Qtd. Estimada para Registro (4)	meses (5)	VALOR UNIT. (6)	VALOR MENSAL (7)	VALOR ANUAL (8)	VALOR TOTAL PARA REGISTRO (9)
3	<b>Suporte Técnico Especializado (Issabel):</b> Serviço de manutenção preventiva, corretiva e suporte nível 3 ao PABX legado, na modalidade <b>Banco de Horas</b> .	Horas**	1000	Não se aplica	R\$			
04	<b>Capacitação Técnica (Treinamento):</b> Serviço de treinamento operacional para equipe de TI (20 horas/aula), incluindo material didático e certificação.	Serviço	01	Não se aplica	R\$			
<b>TOTAL</b>							<b>R\$</b>	

\*\* O valor do banco de horas é contabilizado para toda a vigência do contrato(on demand), não sendo seu valor de cobrança mensal.

## 2.2.Nota Explicativa:

a) **Para os itens 01, 02 do Lote único**, o Licitante deverá cadastrar no sistema "Comprasnet", o valor da coluna " 08" (valor anual), que será o valor referencial para o julgamento da proposta.

a.1) A Coluna "08" (valor anual) se dá da multiplicação do valor unitário (coluna 06) x 60 meses (coluna 05)

a.2) A Coluna "09" ( valor total para Registro) se dá da multiplicação da coluna "04" (Quantidade para Registro) x a Coluna "08" (Valor Anual)

b) **Para os itens 03 e 04 do Lote único**, o Licitante deverá cadastrar no sistema "Comprasnet", o valor da coluna " 06" (valor unitário), que será o valor referencial para o julgamento da proposta.

b.1) **Sendo que o valor da Coluna "07" para os itens 03 e 04** se dá da multiplicação da coluna "04" (Quantidade para Registro) x Coluna "06" (preço unitário)

c) A formulação dos lances também deverá obedecer a este mesmo critério, ressaltamos que a aplicação deste método se dá em razão de impossibilidade de cadastramento de pregão eletrônico com critério de julgamento utilizando concomitantemente quantidades, prazos e valores.

## 3.JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO EM LOTE ÚNICO:

a) A adjudicação do objeto dar-se-á por LOTE ÚNICO (VALOR GLOBAL), compreendendo a entrega do link de voz (STFC) e a sustentação da plataforma de PABX (Issabel) como uma solução indivisível.

b) A reunião dos serviços em um único lote justifica-se técnica e operacionalmente pela interdependência crítica entre o tronco de comunicação (Link da Operadora) e a central de comutação (PABX). No contexto de Segurança Pública, onde o CICC opera em regime de 24x7 atendendo ocorrências de risco à vida, não é admissível a fragmentação de responsabilidades. A contratação separada de uma operadora de telefonia e de uma empresa distinta para o suporte ao software Issabel criaria um cenário de risco elevado ("Zona Cinzenta" de responsabilidade), onde, em caso de falha na comunicação, a diagnose torna-se morosa devido ao conflito de atribuições (ex: a operadora atribui a falha à configuração do PABX, e a mantenedora atribui a falha à entrega do link).

c) Ao concentrar a responsabilidade em um único fornecedor, a Administração garante a gestão centralizada do incidente, assegurando que a Contratada responda pela entrega da voz desde a "última milha" até o ramal do atendente, otimizando o SLA (Service Level Agreement) e a eficiência na resposta a crises. A fragmentação do objeto comprometeria a responsabilidade técnica pela continuidade do serviço, dificultando a gestão contratual e aumentando riscos operacionais.

## 4. DAS ESPECIFICIDADES DE INFRAESTRUTURA E GATILHO DE EXPANSÃO (EVT)

a) Para o atendimento imediato do polo de Cruzeiro do Sul, bem como para toda e qualquer expansão futura para os demais municípios, a Contratada deverá prover o entroncamento digital obrigatoriamente através de Fibra Óptica, dotada de mecanismos de Redundância (física ou lógica, como anel óptico ou dupla abordagem).

b) **Gatilho de Expansão (Estudo de Viabilidade Técnica - EVT):** A emissão de Ordens de Serviço para novas localidades do

interior registradas na Ata ficará condicionada à apresentação, por parte da Contratada, de um EVT prévio e sem custos à Administração. O EVT deverá atestar a viabilidade de entrega da topologia de fibra óptica exigida no município alvo, blindando o Estado contra o provisionamento de infraestruturas precárias.

## **5. DA PORTABILIDADE NUMÉRICA E SUPORTE AO LEGADO**

- a) É condição sine qua non a garantia de Portabilidade Numérica de todas as faixas de numeração (DDRs) e, sobretudo, o roteamento técnico dos Tridígitos de Emergência (190, 192, 193) em todas as localidades ativadas.
- b) A solução focará na Sustentabilidade e Economicidade, mantendo o software open source Issabel, amparado por um robusto "Banco de Horas" dimensionado para absorver a complexidade das configurações regionais advindas da expansão estadual.

## **6. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

### **6.1. DA ESSENCIALIDADE DA COMUNICAÇÃO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA**

a) A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP/AC) atua como órgão central de coordenação. O sistema de telefonia fixa transcende o caráter administrativo, constituindo uma ferramenta primária de Comando e Controle. A capacidade de receber denúncias, despachar viaturas e integrar as polícias exige disponibilidade absoluta. Modernizar a infraestrutura de transporte de voz para fibra óptica e profissionalizar a gestão da central garante padrões de excelência compatíveis com a missão constitucional do CICC.

### **6.2. DA INFRAESTRUTURA CRÍTICA E DA PADRONIZAÇÃO OBRIGATÓRIA DA FIBRA ÓPTICA**

- a) A região de Cruzeiro do Sul e as demais cidades do interior do Estado representam fronteiras críticas para o combate à criminalidade transnacional. Historicamente, a comunicação nessas áreas é mitigada por instabilidades crônicas em conexões via rádio, satélite ou redes de cobre degradadas, cenário inadmissível para o recebimento de chamadas emergenciais.
- b) Desta forma, justifica-se técnica e operacionalmente a exigência irrestrita de que os troncos SIP sejam entregues via Fibra Óptica com Redundância, tanto no escopo imediato quanto nas futuras expansões. Esta padronização blinda os polos operacionais contra "apagões" de telecomunicações decorrentes de intempéries severas do inverno amazônico ou rompimentos acidentais, garantindo um índice de disponibilidade (Uptime) de 99,8%.

### **6.3. DA EXPANSÃO ESTRATÉGICA VIA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**

a) Em estrita observância à Lei nº 14.133/2021, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) consolida-se como a modelagem mais eficiente e econômica para a SEJUSP/AC. O planejamento dimensionou os quantitativos em duas vertentes complementares:

- **Contratação Imediata (Fixa):** Compreende a ativação imediata de 04 (quatro) troncos digitais, 50 (cinquenta) terminais IP e 1.000 (mil) horas de suporte técnico, destinados a estabilizar definitivamente a comunicação em Rio Branco e Cruzeiro do Sul.
- **Margem para Registro (Expansão):** Previsão adicional de mais 04 (quatro) troncos digitais, 50 (cinquenta) terminais IP e 1.000 (mil) horas de suporte. Essa margem garante a expansão da capilaridade do CICC para novos municípios sem a necessidade de instauração de novos, dispendiosos e morosos processos licitatórios.

b) Essa estratégia assegura a padronização tecnológica em todo o território estadual e congela os preços de atacado durante a vigência da Ata, gerando inquestionável vantagem econômica para os cofres públicos.

### **6.4. DA MANUTENÇÃO DO LEGADO E INCREMENTO DO BANCO DE HORAS**

- a) Alinhada ao princípio da Eficiência, a SEJUSP/AC optou pelo Retrofit evolutivo de sua plataforma Open Source Issabel, evitando o pagamento de altos custos em licenciamentos proprietários (modelo Opex engessado).
- b) Contudo, a descentralização das operações para o interior elevará exponencialmente a complexidade das regras de discagem (Dialplans), a estruturação de URAs regionalizadas e a segurança da informação (Hardening) do servidor central. A ampliação do quantitativo para 2.000 (duas mil) horas globais de Suporte Nível 3 é estritamente necessária para suprir essa volumetria de configuração e proteger a infraestrutura contra ataques externos.

### **6.5. DA NECESSIDADE DE PORTABILIDADE DOS TRIDÍGITOS**

a) A funcionalidade primária do CICC é a recepção dos Códigos de Utilidade Pública (190, 192 e 193). A futura contratada deverá, obrigatoriamente, assumir a responsabilidade pelo roteamento e portabilidade limpa destes canais, independentemente da operadora de origem da chamada. Uma falha nesse roteamento implica diretamente no impedimento do despacho policial, configurando risco iminente à vida, motivo pelo qual tal capacidade técnica é negociável para a adjudicação do certame.

## **7. DA NATUREZA, DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO**



## 7.1. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

a) A presente contratação tem por natureza a prestação de serviços continuados de telecomunicações e de tecnologia da informação e comunicação (TIC). O objeto a ser registrado em ata constitui uma solução completa e gerenciada, englobando, de forma indissociável: a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC); a sustentação especializada e manutenção do PABX legado da SEJUSP (software open source Issabel/Asterisk) alocado em ambiente On-Premise; e o fornecimento de terminais telefônicos IP em regime de comodato.

b) Essa natureza de serviço contínuo é impositiva, visando assegurar a operacionalidade ininterrupta do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC).

## 7.2. REGIME DE EXECUÇÃO

a) O regime de execução será o de Empreitada por Preço Unitário, conforme alínea "b" do inciso XXVIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

b) A adjudicação dar-se-á por Lote Único (Valor Global), contudo, o faturamento e o respectivo pagamento ocorrerão de forma mensal, estritamente vinculados às unidades de serviço efetivamente ativadas e disponibilizadas (assinatura de troncos, locação de terminais e consumo validado do Banco de Horas de suporte técnico).

## 7.3. DA MODALIDADE E ASPECTOS DE TIC

**a) Modalidade:** A contratação processar-se-á mediante licitação na modalidade **Pregão, na forma Eletrônica**, para formação de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, adotando-se o critério de julgamento de **Menor Preço Global por LOTE ÚNICO**

a.1. Justificativa para o Critério: Conforme fundamentado no Tópico 3, a interdependência técnica entre a entrega do link (STFC) e a sustentação do PABX (Issabel) impede a adjudicação por itens separados. A segurança do CICC exige um único ponto de responsabilidade (*Single Point of Contact*) capaz de gerir a solução de ponta a ponta.

**b) Níveis Mínimos de Serviço (SLA) e Carência:** A Contratada deverá garantir uma disponibilidade mínima de 99,8% ao mês para os links de voz. Exclusivamente para as futuras expansões em municípios do interior do Estado, e visando a estabilização do link de fibra óptica, estabelecer-se-á um "período de carência de SLA" de 15 (quinze) dias corridos após o Recebimento Provisório daquela localidade específica, lapso durante o qual eventuais oscilações não ensejarão glosa automática. Após este período, a métrica de 99,8% incidirá integralmente.

## 8. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA E DO CONTRATO

a) Homologado o certame, a licitante vencedora terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato Administrativo. Este prazo admite uma única prorrogação por igual período, mediante justificativa prévia e formal aceita pela Administração.

b) A assinatura da Ata e do Termo de Contrato, ou quaisquer outros documentos que integram este processo, será por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, tendo a empresa ganhadora que efetuar o cadastro no link [https://app.sei.ac.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_avisar\\_cadastro&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=](https://app.sei.ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=)

c) Os empenhos serão emitidos através do sistema SEFAZ. Portanto, faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema da SEFAZ, que poderá ser feito da seguinte forma: Ao acessar o site [www.sefaz.ac.gov.br](http://www.sefaz.ac.gov.br), aparecerá na tela DAE ON LINE (Documento de Arrecadação Eletrônica). Deverá ser preenchido com os dados da empresa e informar o valor de R\$ 35,16 (trinta e cinco reais e dezesseis centavos). De posse do comprovante de pagamento do DAE, a empresa deverá juntar ao mesmo os seguintes documentos: CNPJ, comprovante bancário (todos em PDF). Encaminhá-los para o e-mail: [cadastrocredores.fazenda@ac.gov.br](mailto:cadastrocredores.fazenda@ac.gov.br), solicitando o Cadastro de Credor. E no e-mail [acre.cidade@gmail.com](mailto:acre.cidade@gmail.com), encaminhar os mesmos documentos solicitando Cadastro de Empresa para Certidão On-line. As informações mencionadas são meramente informativas, além de serem estabelecidas pela SEFAZ, estando sujeitas a alterações.

## 9. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

b) No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo órgão gerenciador.

## 10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

**a) Vigência do Contrato:** O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, conforme art 107 da Lei 14.133/2021.

b) Justificamos que, por caracterizar-se como serviço contínuo de vital importância para o Estado, os contratos decorrentes desta Ata terão vigência inicial de até **60 (sessenta) meses**, conforme a prerrogativa legal da Lei de Licitações, garantindo a diluição dos custos de implantação (*Capex*) ao longo do tempo e a estabilidade da infraestrutura.

c) No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

- d) O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.
- e) Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

## 11. DA EFICÁCIA

- a) A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.
- b) A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:
- b.1) 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação.

## 12. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E INSTALAÇÃO

12.1. Para resguardar a urgência dos serviços do CICC (tridígitos 190/193), a execução dos serviços deverá obedecer ao seguinte cronograma:

- **Instalação dos Links e Infraestrutura:** A Contratada terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para realizar a instalação física e lógica de todos os Troncos Digitais (E1/SIP Trunk) e da infraestrutura de fibra óptica, contados a partir da assinatura do contrato (para o escopo imediato de Rio Branco e Cruzeiro do Sul) ou da emissão da Ordem de Serviço (para as expansões futuras nos demais municípios). Este prazo poderá ser prorrogado mediante solicitação formal, técnica e tempestivamente justificada pela Contratada (ex: intempéries amazônicas severas que impeçam o lançamento de fibra), desde que expressamente autorizada pela fiscalização da SEJUSP.
- **Portabilidade Numérica:** A migração dos números administrativos e dos Códigos de Utilidade Pública (190, 193) deverá ocorrer em janela previamente agendada com a SEJUSP/AC, com interrupção máxima tolerada de 02 (duas) horas para as linhas comuns e tempo próximo a zero para as emergenciais.

## 13. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

### 13.1. DO ENQUADRAMENTO LEGAL E VINCULAÇÃO AO PLANEJAMENTO

a) O processo licitatório e a modelagem do objeto estão ancorados estritamente na Lei Federal nº 14.133/2021. A demanda obedece ao requisito de planejamento, estando devidamente alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) da SEJUSP/AC (inciso VII do art. 12) e às diretrizes emanadas pelo respectivo Estudo Técnico Preliminar (ETP).

b) A prestação dos serviços enquadra-se nas definições de "Serviço Comum" (art. 6º, inciso XIII) e "Serviço Contínuo" (art. 6º, inciso XV), viabilizando a adoção do pregão e justificando a vigência contratual estendida para assegurar a perenidade do sistema de despacho policial.

c) Ressaltamos que o Plano de Compras ano de 2026/SEJUSP, tramitou no process SEI 0819.012797.00003/2025-73 e que conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA SEAD Nº 14, DE 07 DE JUNHO DE 2024, ANEXO 01, item 02, (Inclusão, Exclusão ou Redimensionamento (Art. 17 IN)) SEI 0013915370, é possível proceder a ajuste no PCAC nos seguintes períodos do ano: de 15 a 31 de janeiro, 15 a 31 de julho e de 1º a 20 de outubro.

### 13.2. DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

a) A adoção do SRP, com fulcro no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, é a ferramenta administrativa que materializa a estratégia de expansão estadual. Ela permite que a SEJUSP/AC mantenha uma ata vigente e flexível para acionar a implantação de novos troncos de telefonia nos municípios do interior sob demanda, de forma modular e condicionada à disponibilidade orçamentária de cada exercício fiscal, sem inflacionar o compromisso financeiro inicial do Estado.

### 13.3. DA FINALIDADE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

a) O presente processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, visa ao Sistema de Registro de Preços (SRP) para os itens que compõem a Solução de Telefonia em Nuvem, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021. A adoção do SRP é estrategicamente vantajosa para a Administração, pois não gera obrigação de contratação imediata da totalidade dos quantitativos estimados, conferindo à SEJUSP a flexibilidade de emitir Ordens de Serviço ou firmar contratos decorrentes de acordo com a sua necessidade real e disponibilidade orçamentária ao longo da vigência da Ata. Este modelo é particularmente adequado para este projeto, que prevê uma implantação inicial em Rio Branco e Cruzeiro do Sul, com a possibilidade de expansão futura para outras unidades e municípios do Estado, permitindo que a solução cresça de forma modular e planejada, sempre com preços já definidos e vantajosos.

## 14. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

a) A contratação da Solução de Telefonia (STFC) integrada ao Suporte do PABX Legado deverá atender, obrigatoriamente e sem exceções, a todos os requisitos técnicos, funcionais, de segurança e de serviço detalhados a seguir. A licitante deverá demonstrar em sua proposta o pleno atendimento a cada um dos itens.

### 14.1. REQUISITOS GERAIS DA SOLUÇÃO (LOTE ÚNICO)

**a) Integração:** A solução ofertada deve ser híbrida e integrada, composta pelo fornecimento de troncos digitais de voz (STFC), terminais telefônicos e serviços de sustentação ao PABX IP (Issabel) já existente na SEJUSP.

**b) Protocolo de Comunicação:** Os troncos e terminais deverão utilizar protocolo SIP (Session Initiation Protocol), garantindo interoperabilidade nativa com o PABX Asterisk/Issabel da Secretaria.

**c) Alta Disponibilidade (SLA):** O serviço de voz deverá garantir uma disponibilidade mínima de 99,8% ao mês.

#### 14.2. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE CONECTIVIDADE (TRONCOS)

**a) Capacidade:** Fornecimento de 04 (dois) Troncos Digitais (2 Ativos + 2 SRP), cada um com capacidade mínima de 30 (trinta) canais de voz simultâneos.

**b) Infraestrutura Crítica:** Entrega obrigatória via Fibra Óptica com Redundância (Física ou Lógica), assegurando a continuidade do CICC Regional mesmo em caso de rompimento de uma rota de fibra.

#### 14.3. REQUISITOS DO SERVIÇO DE SUPORTE AO LEGADO (ISSABEL)

a) A Contratada deverá prestar serviços de Sustentação Nível 3 ao PABX Open Source Issabel existente:

- **Expertise:** Equipe certificada em Asterisk/Linux para *troubleshooting* avançado.
- **Segurança (Hardening):** Blindagem do servidor contra ataques SIP, configuração de *Firewall* e atualizações de segurança.
- **Funcionalidades:** Configuração e gestão de **URA Multinível**, Filas de Atendimento do 190/193 e sistema de Gravação de Chamadas.

b) É de responsabilidade da Contratada a otimização e o endurecimento (hardening) do sistema operacional e da aplicação Asterisk/Issabel já instalados, garantindo a estabilidade das comunicações sem a necessidade de migração para plataformas externas.

#### 14.4. REQUISITOS DOS TERMINAIS TELEFÔNICOS IP (COMODATO)

a) A Contratada deverá fornecer, instalar e manter (em regime de comodato) **50 (cinquenta) aparelhos telefônicos IP** (36 imediatos + 14 para SRP), novos e de primeiro uso, compatíveis com a plataforma Issabel, atendendo às seguintes especificações mínimas:

**b) Protocolo e Rede:** Suporte nativo ao protocolo SIP (RFC 3261) e IAX2. Interface de rede Fast Ethernet (10/100 Mbps) ou Gigabit, com Switch Integrado (2 portas RJ-45) para conexão em cascata com PC (Modo Bridge).

**c) Alimentação (PoE):** Suporte obrigatório a PoE (Power over Ethernet) padrão IEEE 802.3af, eliminando a necessidade de fontes de energia individuais nas mesas (embora a fonte externa deva ser fornecida como backup).

**d) Qualidade de Áudio (HD):** Suporte a Voz em Alta Definição (HD Voice) no monofone e no viva-voz, utilizando codecs wideband (G.722, Opus). Deve suportar também os codecs padrão G.711a/u e G.729. O viva-voz deve ser Full-Duplex com cancelamento de eco acústico (AEC).

**e) Interface e Usabilidade:** Display LCD gráfico (mínimo 2.3 polegadas, resolução 132x64) com backlight. Teclas dedicadas para: Hold, Transferência, Conferência, Mute, Viva-voz e Correio de Voz.

**f) Provisionamento:** Capacidade de autoprovisionamento (Zero Touch) via TFTP/HTTP/HTTPS para facilitar a gestão remota e a atualização de firmware em massa pela equipe de suporte.

**g) Garantia de Substituição:** Por se tratar de comodato, a Contratada deve garantir a substituição imediata (SLA de 48h) de qualquer aparelho defeituoso durante toda a vigência do contrato.

#### 14.5. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

a) Carga horária mínima de 20 horas para a equipe de TI da SEJUSP, focada na administração do Issabel (criação de ramais, rotas, extração de relatórios e gravações).

#### 14.6. REQUISITOS DE PORTABILIDADE E NUMERAÇÃO

a) Garantia de portabilidade de todos os DDRs administrativos e roteamento técnico transparente dos Tridígitos de Emergência (190, 192, 193) para a nova infraestrutura.

### 15. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

a) Este tópico detalha os procedimentos e etapas que deverão ser rigorosamente seguidos pela Contratada para a implantação da solução, tanto para o escopo imediato (Rio Branco e Cruzeiro do Sul) quanto para as eventuais expansões aos demais municípios do Estado via emissão de novas Ordens de Serviço (OS) decorrentes desta Ata de Registro de Preços.

#### 15.1. ROTEIRO DE IMPLANTAÇÃO E MIGRAÇÃO

a) A execução inicial e cada nova expansão deverão obedecer a um cronograma lógico de 05 (cinco) fases, cujo prazo total não poderá exceder os 30 (trinta) dias corridos previstos:

- **Fase 1 - Vistoria, Planejamento e EVT:** Imediatamente após a Ordem de Serviço, a Contratada realizará vistoria técnica

na unidade do CICC contemplada. Para expansões no interior, esta fase culminará na entrega do Estudo de Viabilidade Técnica (EVT) comprovando a rota da Fibra Óptica.

- **Fase 2 - Construção de Infraestrutura e Health Check:** Execução do lançamento de cabos ópticos e instalação dos Gateways de Voz. Simultaneamente, a equipe de suporte executará um "Health Check" no servidor Issabel, aplicando *patches* de segurança e preparando o *Dialplan* (plano de discagem) para a nova localidade.
- **Fase 3 - Testes de Homologação em Vazio:** Ativação dos troncos e realização de testes de carga ( *Stress Test* ) e qualidade de áudio antes de qualquer migração de números reais.
- **Fase 4 - A "Virada de Chave" e Portabilidade Crítica:** Migração dos números DDR e roteamento técnico dos Tridígitos de Emergência (190, 193). Esta ação ocorrerá em janela de manutenção programada, com tempo máximo de interrupção tolerada de **02 (duas) horas** para as linhas administrativas e indisponibilidade próxima a zero para o 190.
- **Fase 5 - Operação Assistida e Estabilização:** Período de **05 (cinco) dias úteis** após a virada, com técnicos de plantão para ajustes de volume de áudio, fila de URA e correção de roteamentos em produção real.

## 15.2. DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E TRAVA FINANCEIRA

O recebimento dos serviços observará o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

**a) Recebimento Provisório:** Formalizado em até 05 (cinco) dias úteis após a conclusão da Fase 3, atestando a entrega física do link e dos terminais IP.

**b) Recebimento Definitivo e Trava de Aceite Mandatório:** Formalizado em até 10 (dez) dias úteis após a Fase 5. O Recebimento Definitivo está estritamente condicionado ao sucesso absoluto da portabilidade. Fica estabelecida uma Trava Financeira: o ateste da primeira Nota Fiscal de ativação não ocorrerá caso haja qualquer falha de completamento de chamadas para o 190 ou 193 originadas de operadoras locais.

## 15.3. DA ATUALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO "AS-BUILT"

a) A cada nova etapa de implantação ou expansão concluída, a Contratada é obrigada a fornecer à SEJUSP/AC a documentação técnica atualizada (As-Built). Isso inclui o diagrama da topologia da rede de fibra, o mapeamento dos novos ramais ativados, o fluxo atualizado das URAs regionais no Issabel e as credenciais sistêmicas, prevenindo a perda de inteligência institucional.

## 15.4. DA EXECUÇÃO MENSAL CONTINUADA

a) Após o Recebimento Definitivo, a execução entra em regime continuado. O faturamento mensal ficará condicionado ao cumprimento da disponibilidade (99,8% após o período de carência de 15 dias) e à entrega do relatório detalhado de consumo do Banco de Horas de suporte técnico ao servidor Issabel.

## 16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para a correta, eficiente e transparente execução do objeto contratual, e visando assegurar que a Contratada possua as condições necessárias para manter a disponibilidade ininterrupta do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) e de suas expansões, compete à CONTRATANTE (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP/AC), sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas na Lei nº 14.133/2021:

### 16.1. DA DESIGNAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

a) A CONTRATANTE deverá designar formalmente, por meio de portaria específica e previamente ao início da execução, os servidores públicos que atuarão nas funções de Gestor e Fiscal(is) do Contrato. Estes agentes serão os responsáveis por emitir as Ordens de Serviço (OS) para novas expansões, atestar os Estudos de Viabilidade Técnica (EVT) e validar tecnicamente as entregas críticas.

b) Caberá à equipe de fiscalização acompanhar in loco ou de forma assistida remota os testes de portabilidade dos tridígitos de emergência (190, 192 e 193) durante as janelas de migração, emitindo o Termo de Recebimento Provisório e Definitivo de cada fase e de cada nova localidade ativada no interior do Estado.

### 16.2. DA GARANTIA DE ACESSO FÍSICO E LÓGICO E SEGURANÇA ORGÂNICA

c) Acesso Físico: A CONTRATANTE deverá garantir o credenciamento e a autorização de acesso das equipes técnicas da Contratada às dependências dos Data Centers e salas de telecomunicações do CICC (em Rio Branco, Cruzeiro do Sul e nos futuros municípios contemplados pela expansão). O acesso deverá observar as rigorosas normas de segurança orgânica da SEJUSP/AC, exigindo-se a identificação prévia dos técnicos para a instalação e manutenção da infraestrutura de fibra óptica e dos terminais.

d) Acesso Lógico e Auditoria: Para viabilizar o suporte técnico ágil ao PABX Issabel, a CONTRATANTE fornecerá meios de acesso remoto seguro, obrigatoriamente criptografados (VPN - Virtual Private Network ou túneis SSH isolados), exclusivos para a equipe homologada da Contratada. A Administração manterá logs de auditoria de todo o tráfego realizado por estes túneis, resguardando a capacidade de rastrear alterações no sistema.

### 16.3. DA DISPONIBILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

e) Infraestrutura do Legado: Considerando que a solução engloba o suporte a um sistema que opera em servidores próprios do Estado, a SEJUSP/AC compromete-se a manter a integridade física do servidor (hardware, armazenamento, memória), bem

como assegurar o fornecimento de energia elétrica estabilizada e a refrigeração nas salas técnicas.

f) Cláusula de Isenção de Responsabilidade (Equipamentos em Comodato): Fica expressamente estabelecido que a SEJUSP/AC não deterá qualquer responsabilidade civil, patrimonial ou financeira sobre os equipamentos cedidos em regime de comodato pela Contratada (Terminais IP, Gateways, Roteadores, DIOs, ONUs e Switches).

g) A Contratante é isenta do dever de indenização em casos de sinistros que afetem a infraestrutura da Contratada nas unidades do Estado, incluindo, mas não se limitando a: furtos qualificados ou roubos de equipamentos no interior das delegacias e batalhões; danos elétricos decorrentes de descargas atmosféricas (raios), surtos de tensão ou instabilidades na rede da concessionária de energia, eventos frequentes nos municípios do interior amazônico; ou eventos de força maior e desastres naturais.

#### **16.4. DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS E DIRETRIZES**

h) Fornecer tempestivamente as informações vitais para a configuração do ecossistema, tais como: o mapa atualizado de ramais e usuários; as diretrizes para a construção da árvore de atendimento da URA; as regras operacionais para a distribuição das filas de chamadas do 190 por região; e a validação formal dos áudios e mensagens a serem veiculados à população.

#### **16.5. DO ACOMPANHAMENTO, ATESTE E PAGAMENTO**

i) Atestar as Notas Fiscais mensais somente após a estrita verificação dos relatórios de Nível de Serviço (SLA), que deverão comprovar a disponibilidade mínima de 99,8% dos troncos ativados e o cumprimento dos tempos de resposta do suporte técnico.

j) Aplicar, mediante o devido processo administrativo, as glosas e os descontos previstos contratualmente em caso de desconformidade, efetuando o pagamento da parcela incontroversa nos prazos estabelecidos neste instrumento.

#### **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Para a perfeita e integral execução do objeto desta Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, compete à CONTRATADA, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas no instrumento convocatório, na Ata, no contrato e na legislação vigente, o cumprimento irrestrito das seguintes responsabilidades fundamentais. Estas obrigações constituem os pilares para a entrega de uma solução de comunicação de missão crítica, com a qualidade, a segurança e a disponibilidade que as operações da Segurança Pública exigem.

##### **17.1. OBRIGAÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO**

a) Executar os serviços de telefonia (STFC) e suporte técnico com rigorosa observância às especificações deste Termo, alocando pessoal técnico devidamente qualificado e certificado em ambiente Linux/Asterisk.

b) Manter preposto formalmente designado, com poderes de decisão, para representar a empresa perante a Administração, recebendo notificações e Ordens de Serviço.

##### **17.2. OBRIGAÇÕES QUANTO À INFRAESTRUTURA E CONECTIVIDADE (LINKS)**

c) Garantir a disponibilidade mínima de 99,8% (noventa e nove vírgula oito por cento) mensal para os Troncos Digitais instalados.

d) Manutenção de Fibra (Cruzeiro do Sul): Monitorar proativamente a integridade da fibra óptica na unidade de Cruzeiro do Sul. Em caso de rompimento da via principal, a Contratada deve garantir o acionamento automático da redundância (física ou lógica) em tempo inferior a 50ms (milissegundos), assegurando que a chamada em curso não caia. A empresa é responsável por todo o reparo de rede externa (fusão de fibra, troca de cabos em postes) sem ônus adicional para a SEJUSP.

e) Realizar a Portabilidade Numérica e o roteamento dos Tridígitos (190, 192, 193) de forma transparente, responsabilizando-se tecnicamente por qualquer falha de completamento de chamadas de emergência oriundas de outras operadoras.

##### **17.3. OBRIGAÇÕES QUANTO AO SUPORTE DO SISTEMA LEGADO (ISSABEL)**

f) Prestar suporte técnico especializado (Nível 3) ao software PABX Issabel da SEJUSP, consumindo o Banco de Horas contratado para:

- Realizar atualizações críticas de segurança (*patches*) no Sistema Operacional e no motor Asterisk;
- Configurar e otimizar as **Filas de Atendimento do 190**, garantindo estratégias de transbordo e distribuição equitativa de chamadas entre os atendentes;
- Gerenciar o sistema de Gravação de Chamadas, garantindo a integridade e a indexação dos áudios para fins de auditoria.

g) Realizar backups periódicos das configurações do PABX (Full Backup de dialplan, banco de dados e arquivos de configuração), assegurando a capacidade de Disaster Recovery (restauração rápida) em caso de falha do servidor.

##### **17.4. OBRIGAÇÕES QUANTO AOS EQUIPAMENTOS (COMODATO)**

h) Fornecer e manter 36 (trinta e seis) Terminais Telefônicos IP em perfeito estado de funcionamento.

i) Realizar a substituição imediata, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, de qualquer aparelho que apresente defeito, vício ou desgaste, independentemente da causa, garantindo que nenhum posto de atendimento do CICC fique desguarnecido de telefone.

##### **17.5. OBRIGAÇÕES DE SIGILO, SEGURANÇA E LGPD (CRÍTICO)**



j) Sigilo Absoluto: Considerando que a Contratada terá acesso privilegiado ao servidor onde trafegam e são gravadas chamadas de emergência policial (crimes em andamento, denúncias, dados pessoais de vítimas), a empresa e seus técnicos obrigam-se a manter o mais absoluto sigilo sobre quaisquer dados ou áudios acessados. É vedada a cópia, reprodução ou divulgação de qualquer gravação do 190, sob pena de responsabilização criminal e administrativa imediata.

k) Conformidade LGPD: Cumprir rigorosamente a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), implementando medidas técnicas para proteger os metadados das chamadas e os registros dos cidadãos.

l) Regularidade ANATEL: Manter, durante toda a vigência, a autorização da ANATEL para a exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), garantindo a legalidade da interconexão.

## **17.6. OBRIGAÇÕES DE TRANSIÇÃO**

m) Ao final do contrato, a Contratada obriga-se a realizar a "Desmobilização Assistida", cooperando para a portabilidade numérica dos troncos para uma nova operadora e fornecendo as senhas administrativas (root) atualizadas do sistema Issabel para a equipe da SEJUSP, garantindo que o Estado mantenha o controle sobre sua central telefônica.

## **17.7. OBRIGAÇÕES DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA**

n) Ministrará, às suas expensas, treinamento técnico-operacional para a equipe de Tecnologia da Informação e Gestores da SEJUSP, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas, conforme especificado nos Requisitos da Contratação.

o) O treinamento deverá ser realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após o início da vigência contratual, em formato presencial (em Rio Branco) ou EAD (ao vivo), devendo a Contratada fornecer:

- Apostila ou material didático digital (PDF) sobre a administração do sistema Issabel;
- Certificado de participação para os servidores;
- Gravação das aulas (caso seja via EAD) para consulta futura.

p) O conteúdo programático deve habilitar os servidores a realizar a gestão básica do dia a dia (criação/exclusão de ramais, alteração de senhas, extração de relatórios de chamadas/gravações e diagnóstico básico de rede), garantindo a autonomia operacional da SEJUSP.

## **18. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

a) O modelo de gestão e fiscalização do contrato visa estabelecer um conjunto de processos, rotinas de verificação e responsabilidades claras para assegurar que a execução do objeto ocorra em estrita conformidade com os termos pactuados, a Lei nº 14.133/2021 e as melhores práticas de governança de TI. Dada a natureza de serviço continuado de missão crítica (telefonema de emergência do CICC), uma governança contratual proativa é indispensável para garantir a disponibilidade de 99,8% e a segurança das operações policiais.

### **18.1. REGRAS GERAIS DE GOVERNANÇA E COMUNICAÇÃO**

a) O contrato será gerido com base na segregação de funções entre a gestão administrativa e a fiscalização técnica. As comunicações oficiais entre a SEJUSP/AC e a Contratada deverão ser realizadas sempre por escrito (ofício ou e-mail corporativo), garantindo a rastreabilidade de todas as solicitações, especialmente aquelas referentes à abertura de chamados técnicos para consumo do "Banco de Horas" de suporte e notificações de falhas de link.

b) **Reunião de Alinhamento (Kick-off):** Após a assinatura do contrato e antes do início da implantação, será realizada uma reunião inicial para definir o fluxo de abertura de chamados, a lista de servidores autorizados a solicitar suporte e o modelo de relatório mensal de SLA.

### **18.2. DO PREPOSTO DA CONTRATADA**

a) A Contratada deverá manter, durante toda a execução, um preposto formalmente designado, com poderes para representá-la administrativamente e tecnicamente. Este preposto será o ponto focal para o recebimento de notificações, Ordens de Serviço e, crucialmente, para o acionamento de planos de contingência em casos de crises severas (ex: rompimento de fibra óptica que isole o CICC de Cruzeiro do Sul), devendo possuir canal de contato disponível 24x7.

### **18.3. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO PELA CONTRATANTE**

A execução será acompanhada por servidores designados para as funções de Gestor e Fiscal do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

### **18.4. ATRIBUIÇÕES DETALHADAS DO FISCAL DO CONTRATO**

Compete ao Fiscal do Contrato, responsável pelo acompanhamento técnico e operacional direto da execução, sem prejuízo de outras previstas em normativos:

- Conhecer o inteiro teor do Edital, deste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e da proposta da Contratada, para garantir que a execução esteja alinhada ao que foi pactuado.
- Avaliar, a cada ciclo de medição, a quantidade e a qualidade dos serviços executados, verificando se os ramais estão ativos e se a performance do sistema atende aos padrões de qualidade exigidos.
- Atestar, em documento hábil, a prestação mensal do serviço, após conferência prévia da conformidade do objeto

contratado, sendo este ateste a condição para o pagamento.

- Controlar a efetividade e eficácia da execução em estrita observância ao Acordo de Nível de Serviço (SLA), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições ou deficiências.
- Acompanhar a entrega e instalação de novos terminais IP solicitados via Ordem de Serviço, verificando sua quantidade e qualidade.
- Registrar todas as ocorrências relevantes durante o período de execução do contrato em livro próprio ou sistema informatizado, incluindo falhas, descumprimentos de SLA e solicitações.
- Observar os prazos contratuais para a regularização de falhas e, na ausência de prazo específico, estabelecer, em conjunto com o Gestor, um prazo razoável para a medida saneadora.
- Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada no dia a dia.
- Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução, que poderá ser instruído com registros dos sistemas e outras evidências.
- Atuar em tempo hábil na solução dos problemas operacionais que porventura venham a ocorrer, desde que não ultrapassem suas competências.
- Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato, devidamente instruídas com seu parecer técnico.
- Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais glosas ou descontos no valor mensal dos serviços, em decorrência de descumprimentos do SLA ou falhas na prestação.
- Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretas aos seus empregados.

## **18.5. ATRIBUIÇÕES DETALHADAS DO GESTOR DO CONTRATO**

Compete ao Gestor do Contrato, responsável pela coordenação e pelo controle administrativo da contratação, sem prejuízo de outras previstas em normativos:

- Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública (PADP) referente à contratação, assegurando a correta instrução processual desde a emissão da Ordem de Serviço até a liquidação final do pagamento.
- Assegurar-se, em nível macro, do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente.
- Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatórios de ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências administrativas cabíveis para corrigi-las, como a abertura de processo para apuração de responsabilidade.
- Analisar as notas e solicitações de glosas enviadas pelo fiscal, a fim de autorizar os descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, informando-as ao setor financeiro.
- Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de Ordem de Serviço.
- Acompanhar a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos, a fim de proceder às diligências administrativas para eventuais prorrogações, se possível e vantajoso, ou ao encerramento da contratação.
- Propor medidas que visem a otimização da execução do contrato ou a melhoria da relação custo-benefício para a Administração.
- Instruir e conduzir os processos para eventuais alterações contratuais (aditivos) ou para a aplicação de sanções administrativas, com base nos relatórios e pareceres do fiscal.
- Levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas, de forma instruída e com parecer técnico, as questões mais complexas, como a necessidade de modificações contratuais, alterações de cronogramas e outras informações relevantes para a tomada de decisão em nível superior.
- Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados, por meio da análise da documentação exigida para o pagamento.

## **19. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

19.1. A medição dos serviços para fins de pagamento será realizada mensalmente, com base na efetiva prestação e disponibilidade da solução no período de apuração.

19.2. O fiscal do contrato verificará o cumprimento das obrigações, a quantidade de ramais e serviços ativos, e o atendimento aos Níveis Mínimos de Serviço (SLA) para atestar a conformidade. A emissão do Ateste Mensal é a condição que autoriza a Contratada a emitir o documento fiscal para faturamento.

19.3. Após o ateste do fiscal, a Contratada deverá apresentar o documento fiscal de faturamento (Nota Fiscal/Fatura) para fins de

liquidação e pagamento.

19.4. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP/AC

CNPJ n.º 63.608.947/0001-08.

Rua Benjamin Constant, nº 1015, Centro – Subsolo do Palácio das Secretarias, em Rio Branco – Acre

19.5. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

19.6. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

19.7. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$ ), onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

19.8. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Av. Getúlio Vargas, nº. 232 - Centro, Rio Branco - AC, 69900-150, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

19.9. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

19.10. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

19.11. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

19.12. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

19.13. A CONTRATADA entregará a Fatura/Nota Fiscal referente ao objeto deste CONTRATO/EMPENHO, acompanhadas das certidões atualizadas conforme relação seguinte:

- **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;**
- **Certidão Negativa de Contribuições Previdenciárias, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;**
- **Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal;**
- **Certidão Negativa de Débitos (CND) - expedida pela Secretaria Municipal de Finanças;**
- **Certidão de Quitação de Tributos Estaduais da Empresa e do(s) sócio(s), expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda;**
- **Certidão Negativa em relação à Dívida Ativa de Tributos Estaduais - expedida pela Procuradoria Geral do Estado - PGE;**
- **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;**
- **Certidão Negativa de Débitos da Empresa e do(s) sócio(s), expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Acre.**

19.14. Ocorrendo à devolução da nota fiscal por erro ou rasura, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da nova data de entrega no protocolo da CONTRATANTE.

19.15. O pagamento será feito em moeda corrente, por meio de ordem bancária.

19.16. A Nota Fiscal/Fatura deverá mencionar na respectiva informações sobre o produto, além de mencionar o número do contrato e número da nota de empenho.

19.17. Não sendo aprovada pela Administração, a Nota Fiscal será devolvida à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, reiniciando o prazo.

19.18. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato a verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada dos romaneios/comprovações do serviço;

19.19. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente qualquer obrigação que lhe for imposta, sem que isso gere direito ao pleito de reajuste de preços ou correção monetária (quando for o caso).

## 20.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

a) A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços ou os contratos dela decorrentes, a inexecução parcial ou total do objeto, o atraso injustificado na execução, ou qualquer outra falha no cumprimento das obrigações assumidas, sujeitará a CONTRATADA, garantido o prévio contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas no Capítulo II do Título IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e às demais normas aplicáveis, conforme detalhado a seguir.

### 20.1.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

a) Constituem infrações administrativas, passíveis de sanção, as seguintes condutas, entre outras:

-Inexecução Parcial ou Total do Objeto: Consiste na entrega de equipamentos em desacordo com as especificações técnicas, na falha em concluir a implantação de uma Ordem de Serviço, ou no descumprimento das obrigações de serviço contínuo, como a falha em manter a disponibilidade de 99,8% da plataforma.

-Atraso Injustificado: Refere-se ao descumprimento do prazo máximo de 30 (trinta) dias para a implantação de uma Ordem de Serviço, sem motivo justificado e previamente aceito pela Administração.

-Fraude na Execução do Contrato: A utilização de equipamentos de qualidade inferior aos especificados ou a tentativa de entregar uma solução que não atenda aos requisitos deste Termo de Referência.

### 20.2. DAS PENALIDADES APLICÁVEIS

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Advertência: Sanção de natureza educativa, a ser aplicada por escrito para faltas leves, assim consideradas aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

b) Multa:

- **Multa de Mora (por atraso):** 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de implantação, calculada sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 30 (trinta) dias. Após o 30º dia, o atraso poderá ser considerado inexecução.
- **Multa por Descumprimento de SLA:** Percentual do valor mensal do serviço, a ser definido em contrato, para cada descumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (SLA) de disponibilidade e suporte técnico.
- **Multa por Inexecução Parcial ou Total:** 10% a 30% sobre o valor total do contrato, a depender da gravidade da infração.

c) Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 3 (três) anos.

d) Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

### 20.3.DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

a) A aplicação de qualquer sanção será precedida de processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada, nos prazos legais. As sanções de multa poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais, e seu valor será descontado dos pagamentos devidos à Contratada ou, se for o caso, cobrado judicialmente.

## 21.DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para comprovação da aptidão técnica, as licitantes deverão apresentar, obrigatoriamente:

**21.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional: Apresentação de um ou mais atestados, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem que a licitante executou ou executa serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, demonstrando inequivocamente experiência em:**

a) Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC): Fornecimento e gestão de troncos digitais (E1 ou SIP Trunk) com numeração DDR e tráfego de chamadas de entrada e saída.

b) Suporte a PABX Open Source (Asterisk/Issabel): Prestação de serviços de suporte técnico, manutenção e sustentação de centrais telefônicas IP baseadas em *software* Asterisk, Issabel ou Elastix. **Justificativa:** Não serão aceitos atestados genéricos de "PABX em Nuvem Proprietário", pois a *expertise* necessária para manter um sistema legado Linux/Asterisk (acesso root, *dialplan*, *hardening*) é distinta da simples revenda de licenças de nuvem.

c) Infraestrutura de Fibra Óptica: Execução de serviços de instalação e manutenção de enlaces de comunicação de dados/voz via fibra óptica. **Justificativa:** Essencial para garantir que a empresa possui capacidade técnica para construir e manter a infraestrutura crítica exigida para o CICC de Cruzeiro do Sul.

## **21.2. Qualificação Técnica Profissional (Equipe): Indicação de equipe técnica composta, no mínimo, por:**

- 01 (um) Engenheiro de Telecomunicações ou Eletricista responsável técnico;
- 01 (um) Especialista/Analista com certificação ou experiência comprovada em **Asterisk** (ex: dCAP) ou administração de sistemas Linux.

## **21.3. DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA E REGULATÓRIA (ANATEL)**

Considerando que o objeto principal envolve a prestação de serviços de telecomunicações, é condição de habilitação:

a) Ato de Autorização (Outorga): A licitante deverá apresentar o Ato de Autorização, concessão ou permissão da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) para a exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) nas modalidades Local e Longa Distância, válido e em vigor.

b) Termo de Interconexão: Comprovação de que a licitante possui contrato de interconexão ou capacidade de rede própria para operar no Estado do Acre (Código Nacional 68), garantindo a terminação e originação de chamadas locais.

## **21.4. DA PROVA DE CONCEITO (POC) / AMOSTRA**

A Administração reserva-se o direito de solicitar à licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, antes da adjudicação, uma Prova de Conceito (PoC) para validação técnica da solução de suporte e dos Terminais IP ofertados.

A) Na PoC, a licitante poderá ser instada a demonstrar, em ambiente de teste:

- A compatibilidade dos Terminais IP com o servidor Issabel da SEJUSP;
- A capacidade técnica de configurar uma URA simples e uma rota de saída no PABX;
- A qualidade de áudio (HD Voice) dos aparelhos.

## **22. LEGISLAÇÃO QUE PODERÁ SER APLICADA AO OBJETO:**

a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

b) Decreto Estadual nº 11.363/2023

c) Lei 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor)

d) Decreto Estadual nº 11.107/2022 (Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos realizados pelos órgãos da administração direta, entidades autárquicas e fundacionais do Estado do Acre e seus fundos a fornecedores e prestadores de serviços)

## **23. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

1. Os valores contratados serão reajustados, tendo como limite máximo a variação acumulada dos últimos 12 meses do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE), com data-base vinculada à data do orçamento estimado pela Administração, devendo ser observado o interregno mínimo de um ano (Inciso I, § 8º Art. 25 da Lei 14.133/2021).

2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **24. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

24.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.



## **25. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Não será exigida a prestação de garantia na contratação.

## **26.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

26.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

Programa de Trabalho: 7190010618322862 1580000

Elementos de Despesa: 44.90.39.00, 44.90.52.00, 44.90.30.00, 33.90.39.00, 33.90.40.00

Fonte de Recurso: 15000100, 25010600, 17130700, 27130700 e 17530700

## **27. DA COMPROVAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO.**

a) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

## **28. DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:**

a) A proposta apresentada pela empresa deverá ter validade de 90(noventa) dias.

## **29. DA SUBCONTRATAÇÃO**

29.1. É admitida a subcontratação parcial da execução do objeto, até o limite de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, condicionada à prévia análise e autorização expressa da CONTRATANTE, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

29.2. A subcontratação não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais, permanecendo ela como única responsável perante a CONTRATANTE pela qualidade dos serviços e materiais empregados, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto.

29.3. É vedada a subcontratação total do objeto (sub-rogação completa).

## **30.DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

**Não será permitida a participação de Consórcio** nesta licitação. Justificamos que a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Não é, contudo, o que ocorre no objeto em tela. Portanto, não será permitida a participação de consórcios, visto não se tratar de objeto de alta complexidade ou de grande vulto econômico.

## **ELABORAÇÃO:**

### **PAULO FELIPE DA SILVA LEITÃO**

Diretor de Modernização, Tecnologia da Informação e Comunicação - DMTIC

Matricula: 9381252-1

PORTARIA SEJUSP Nº 334, DE 18 DE JULHO DE 2024

### **DANIEL ALEXANDRE DA ROCHA GOMES**

Chefe do Núcleo de Projetos e Inovações em Radiocomunicação - NUCPIR

Matricula: 9650687-2

PORTARIA SEJUSP Nº 334, DE 18 DE JULHO DE 2024

*[assinatura eletrônica]*

### **Kátia Maria Oliveira da Costa**

Chefe da Divisão de Compras e Licitações - DIVCL/SEJUSP

PORTARIA SEJUSP nº 462, de 09/08/2023



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO LIMA DE BRITO, Assessor(a)**, em 11/06/2026, às 12:22, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0021302799** e o código CRC **90FC2CE2**.

Referência: Processo nº 0819.012817.00037/2025-19

SEI nº 0021302799

## ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 0819.012817.00037/2025-19

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../2026 - COMPRASGOV Nº ...../2026**

**PROCESSO SEI nº 0819.012817.00037/2025-19**

**Validade da Ata:** 12 (meses) contado a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

O ESTADO DO ACRE, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº63.608.947/0001-08, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 1015, Centro – Subsolo do Palácio das Secretarias, em Rio Branco – Acre, neste ato representada pelo Secretário o Senhor ..... portador da Carteira de Identidade nº ....., inscrito no CPF nº ....., domiciliado neste município, nomeado por meio do Decreto nº. ...., de ..../..../....., publicado no D.O.E. nº ....., de ..../..../...., p. ...., RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual nº 11.363/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN), via entroncamento digital (E1/R2 ou SIP Trunk), integrado à prestação de serviços continuados de Suporte Técnico, Manutenção, Gerenciamento e Segurança da Solução de PABX Legada (Software Issabel/Asterisk), incluindo a capacitação técnica de servidores, destinado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP, conforme especificações do Termo de Referência.

1.2. São partes integrantes desta Ata, o Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº ..... /2026 - COMPRASGOV Nº ...../2026, e a proposta da empresa vencedora, independente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA: ....., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº ..... e Inscrição Estadual nº ....., endereço Rua ....., nº ....., ....., neste ato representada pelo Senhor....., brasileiro, empresário portador da Cédula de Identidade nº ..... e inscrita no nº CPF ....., residente e domiciliada no .....

#### LOTE ÚNICO

Item (1)	Descrição Simplificada (2)	Unid. (3)	Qtd. Estimada para Registro (4)	meses (5)	VALOR UNIT. (6)	VALOR MENSAL (7)	VALOR TOTAL PARA REGISTRO (8)
-------------	-------------------------------	--------------	---------------------------------------------	--------------	-----------------------	------------------------	-------------------------------------------

Item (1)	Descrição Simplificada (2)	Unid. (3)	Qtd. Estimada para Registro (4)	meses (5)	VALOR UNIT. (6)	VALOR MENSAL (7)	VALOR TOTAL PARA REGISTRO (8)
1	<b>Tronco Digital SIP com 30 Canais:</b> Fornecimento de serviço de telefonia fixa (STFC) através de um tronco digital com protocolo SIP, garantindo a capacidade de realização e recebimento de, no mínimo, 30 chamadas simultâneas com a rede pública de telefonia, incluindo um pacote de minutos ou tarifação por demanda, conforme detalhado neste Termo.	Serviço	04	60			
2	<b>Terminais Telefônicos IP (Comodato):</b> Locação mensal de aparelho telefônico IP (HD Voice, PoE, Display), incluindo manutenção e substituição imediata (SLA 48h).	Unidade	50	60			
Item (1)	Descrição Simplificada (2)	Unid. (3)	Qtd. Estimada para Registro (4)	meses (5)	VALOR UNIT. R\$ (6)		VALOR TOTAL PARA REGISTRO R\$ (7)
3	<b>Suporte Técnico Especializado (Issabel):</b> Serviço de manutenção preventiva, corretiva e suporte nível 3 ao PABX legado, na modalidade <b>Banco de Horas</b> .	Horas**	1000	Não se aplica			
04	<b>Capacitação Técnica (Treinamento):</b> Serviço de treinamento operacional para equipe de TI (20 horas/aula), incluindo material didático e certificação.	Serviço	01	Não se aplica			
<b>TOTAL</b>							<b>R\$</b>

\*\* O valor do banco de horas é contabilizado para toda a vigência do contrato(on demand), não sendo seu valor de cobrança mensal.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a **SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

## **5. DOS LIMITES PARA AS ADESÕES**

5.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item

5.4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.1, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **6. VEDAÇÃO AACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS**

6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **7. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

7.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

7.2. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo órgão gerenciador.

7.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.

7.4. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

7.5. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. O instrumento contratual de que trata o item 7.3. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.7. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

7.8.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos

limites dela;

7.8.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

7.8.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

7.8.2.2. Mantiverem sua proposta original.

7.9. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

7.10. O registro a que se refere o item 7.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

7.11. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

7.12. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

7.13. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

7.14. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, o preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7.15. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

7.17. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

7.18. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.19. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

7.19.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

7.19.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7.20. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **8. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

8.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

8.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:

8.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

8.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **9. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

9.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

9.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

9.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

9.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

9.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

9.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

9.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

9.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **10. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

10.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

10.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

10.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

10.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

10.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **11. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

11.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



11.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.3. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

11.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

a) Por razão de interesse público;

b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

## 12. DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

12.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

12.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 13. CONDIÇÕES GERAIS

13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou aviso de contratação direta.

13.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

13.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**



Documento assinado eletronicamente por **KATIA MARIA OLIVEIRA DA COSTA, Chefe(a) de Divisão**, em 26/05/2026, às 20:43, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020868725** e o código CRC **54A99558**.



## ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

### MINUTA DE CONTRATO nº 167/2026/SEJUSP - DIVCL

CONTRATO/SEJUSP/ Nº ...../2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../2026 - COMPRASGOV Nº ...../2026

PROCESSO SEI nº 0819.012817.00037/2025-19

O ESTADO DO ACRE, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 63.608.947/0001-08, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 1015, Centro – Subsolo do Palácio das Secretarias, em Rio Branco – Acre, neste ato representada pelo Secretário o Senhor ....., Carteira de Identidade nº ..... inscrito no CPF nº ....., domiciliado neste município, nomeado por meio do Decreto nº ....., de ...../...../....., publicado no D.O.E. nº ....., de ...../...../..... p. ...., denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a empresa ....., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº ..... e Inscrição Estadual nº ....., endereço Rua ....., nº ....., ..... neste ato representada pelo Senhor ....., brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº ..... e inscrita no nº CPF ....., residente e domiciliado no ....., denominada simplesmente CONTRATADA, pactuam o presente CONTRATO em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, e no Decreto Estadual nº 11.363/2023 mediante as cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN), via entroncamento digital (E1/R2 ou SIP Trunk), integrado à prestação de serviços continuados de Suporte Técnico, Manutenção, Gerenciamento e Segurança da Solução de PABX Legada (Software Issabel/Asterisk), incluindo a capacitação técnica de servidores, destinado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP, conforme especificações do Termo de Referência.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - A contratação visa atender, de forma ininterrupta e com alta disponibilidade, às demandas críticas de comunicação de voz da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP/AC). O objeto abrange a conexão estratégica imediata da sede administrativa em Rio Branco e do Núcleo Integrado de Segurança em Cruzeiro do Sul, estabelecendo, simultaneamente, **margem quantitativa registrada** para a futura e eventual expansão do serviço para os demais municípios do interior do Estado do Acre, garantindo a capilaridade das operações do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC).

#### LOTE ÚNICO

Item (1)	Descrição Simplificada (2)	Unid. (3)	Qtd. Estimada para Registro (4)	meses (5)	VALOR UNIT. (6)	VALOR MENSAL (7)	VALOR TOTAL PARA REGISTRO (8)
-------------	-------------------------------	--------------	---------------------------------------------	--------------	-----------------------	------------------------	-------------------------------------------

Item (1)	Descrição Simplificada (2)	Unid. (3)	Qtd. Estimada para Registro (4)	meses (5)	VALOR UNIT. (6)	VALOR MENSAL (7)	VALOR TOTAL PARA REGISTRO (8)
1	<b>Tronco Digital SIP com 30 Canais:</b> Fornecimento de serviço de telefonia fixa (STFC) através de um tronco digital com protocolo SIP, garantindo a capacidade de realização e recebimento de, no mínimo, 30 chamadas simultâneas com a rede pública de telefonia, incluindo um pacote de minutos ou tarifação por demanda, conforme detalhado neste Termo.	Serviço	04	60			
2	<b>Terminais Telefônicos IP (Comodato):</b> Locação mensal de aparelho telefônico IP (HD Voice, PoE, Display), incluindo manutenção e substituição imediata ( <i>SLA</i> 48h).	Unidade	50	60			
Item (1)	Descrição Simplificada (2)	Unid. (3)	Qtd. Estimada para Registro (4)	meses (5)	VALOR UNIT. R\$ (6)	VALOR TOTAL PARA REGISTRO R\$ (7)	
3	<b>Suporte Técnico Especializado (Issabel):</b> Serviço de manutenção preventiva, corretiva e suporte nível 3 ao PABX legado, na modalidade <b>Banco de Horas</b> .	Horas**	1000	Não se aplica			
04	<b>Capacitação Técnica (Treinamento):</b> Serviço de treinamento operacional para equipe de TI (20 horas/aula), incluindo material didático e certificação.	Serviço	01	Não se aplica			
<b>TOTAL</b>							<b>R\$</b>

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.1.1. O Termo de Referência;

2.1.2. O Edital da Licitação;

2.1.3. A Proposta da contratada;

2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

**3.1.Vigência do Contrato:** O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, conforme art 107 da Lei 14.133/2021.

a)No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

b)O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.

c)Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

### **3.2. DA EFICÁCIA**

3.2.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

3.2.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

3.2.2.1. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

3.2.2.2. 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

### **CLÁUSULA QUARTA - REGIME DE EXECUÇÃO**

a)O regime de execução será o de Empreitada por Preço Unitário, conforme alínea "b" do inciso XXVIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

b)A adjudicação dar-se-á por Lote Único (Valor Global), contudo, o faturamento e o respectivo pagamento ocorrerão de forma mensal, estritamente vinculados às unidades de serviço efetivamente ativadas e disponibilizadas (assinatura de troncos, locação de terminais e consumo validado do Banco de Horas de suporte técnico).

c)**Níveis Mínimos de Serviço (SLA) e Carência:** A Contratada deverá garantir uma disponibilidade mínima de 99,8% ao mês para os links de voz. Exclusivamente para as futuras expansões em municípios do interior do Estado, e visando a estabilização do link de fibra óptica, estabelecer-se-á um "período de carência de SLA" de 15 (quinze) dias corridos após o Recebimento Provisório daquela localidade específica, lapso durante o qual eventuais oscilações não ensejarão glosa automática. Após este período, a métrica de 99,8% incidirá integralmente.

### **CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E INSTALAÇÃO**

5.1.Para resguardar a urgência dos serviços do CICC (tridígitos 190/193), a execução dos serviços deverá obedecer ao seguinte cronograma:

- **Instalação dos Links e Infraestrutura:** A Contratada terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para realizar a instalação física e lógica de todos os Troncos Digitais (E1/SIP Trunk) e da infraestrutura de fibra óptica, contados a partir da assinatura do contrato (para o escopo imediato de Rio Branco e Cruzeiro do Sul) ou da emissão da Ordem de Serviço (para as expansões futuras nos demais municípios). Este prazo poderá ser prorrogado mediante solicitação formal, técnica e tempestivamente justificada pela Contratada (ex: intempéries amazônicas severas que impeçam o lançamento de fibra), desde que expressamente autorizada pela fiscalização da SEJUSP.
- **Portabilidade Numérica:** A migração dos números administrativos e dos Códigos de Utilidade Pública (190, 193) deverá ocorrer em janela previamente agendada com a SEJUSP/AC, com interrupção máxima tolerada de 02 (duas) horas para as linhas comuns e tempo próximo a zero para as emergenciais.

### **CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

Não será exigida garantia contratual.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - ROTEIRO DE IMPLANTAÇÃO E MIGRAÇÃO**

a)A execução inicial e cada nova expansão deverão obedecer a um cronograma lógico de 05 (cinco) fases, cujo prazo total não poderá exceder os 30 (trinta) dias corridos previstos:

- **Fase 1 - Vistoria, Planejamento e EVT:** Imediatamente após a Ordem de Serviço, a Contratada realizará vistoria técnica na unidade do CICC contemplada. Para expansões no interior, esta fase culminará na entrega do Estudo de Viabilidade Técnica (EVT) comprovando a rota da Fibra Óptica.
- **Fase 2 - Construção de Infraestrutura e Health Check:** Execução do lançamento de cabos ópticos e instalação dos Gateways de Voz. Simultaneamente, a equipe de suporte executará um "Health Check" no servidor Issabel, aplicando *patches* de segurança e preparando o *Dialplan* (plano de discagem) para a nova localidade.
- **Fase 3 - Testes de Homologação em Vazio:** Ativação dos troncos e realização de testes de carga ( *Stress Test*) e qualidade de áudio antes de qualquer migração de números reais.
- **Fase 4 - A "Virada de Chave" e Portabilidade Crítica:** Migração dos números DDR e roteamento técnico dos Tridígitos de Emergência (190, 193). Esta ação ocorrerá em janela de manutenção programada, com tempo máximo de interrupção tolerada de **02 (duas) horas** para as linhas administrativas e indisponibilidade próxima a zero para o 190.
- **Fase 5 - Operação Assistida e Estabilização:** Período de **05 (cinco) dias úteis** após a virada, com técnicos de plantão para ajustes de volume de áudio, fila de URA e correção de roteamentos em produção real.

## CLÁUSULA OITAVA - DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E TRAVA FINANCEIRA

O recebimento dos serviços observará o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

**a)Recebimento Provisório:** Formalizado em até 05 (cinco) dias úteis após a conclusão da Fase 3, atestando a entrega física do link e dos terminais IP.

**b)Recebimento Definitivo e Trava de Aceite Mandatário:** Formalizado em até 10 (dez) dias úteis após a Fase 5. O Recebimento Definitivo está estritamente condicionado ao sucesso absoluto da portabilidade. Fica estabelecida uma Trava Financeira: o ateste da primeira Nota Fiscal de ativação não ocorrerá caso haja qualquer falha de completamento de chamadas para o 190 ou 193 originadas de operadoras locais.

## CLÁUSULA NONA- DA ATUALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO "AS-BUILT"

a)A cada nova etapa de implantação ou expansão concluída, a Contratada é obrigada a fornecer à SEJUSP/AC a documentação técnica atualizada (As-Built). Isso inclui o diagrama da topologia da rede de fibra, o mapeamento dos novos ramais ativados, o fluxo atualizado das URAs regionais no Issabel e as credenciais sistêmicas, prevenindo a perda de inteligência institucional.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO MENSAL CONTINUADA

a)Após o Recebimento Definitivo, a execução entra em regime continuado. O faturamento mensal ficará condicionado ao cumprimento da disponibilidade (99,8% após o período de carência de 15 dias) e à entrega do relatório detalhado de consumo do Banco de Horas de suporte técnico ao servidor Issabel.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

a)O modelo de gestão e fiscalização do contrato visa estabelecer um conjunto de processos, rotinas de verificação e responsabilidades claras para assegurar que a execução do objeto ocorra em estrita conformidade com os termos pactuados, a Lei nº 14.133/2021 e as melhores práticas de governança de TI. Dada a natureza de serviço continuado de missão crítica (telefonema de emergência do CICC), uma governança contratual proativa é indispensável para garantir a disponibilidade de 99,8% e a segurança das operações policiais.

### 11.1.REGRAS GERAIS DE GOVERNANÇA E COMUNICAÇÃO

a)O contrato será gerido com base na segregação de funções entre a gestão administrativa e a fiscalização técnica. As comunicações oficiais entre a SEJUSP/AC e a Contratada deverão ser realizadas sempre por escrito (ofício ou e-mail corporativo), garantindo a rastreabilidade de todas as solicitações, especialmente aquelas referentes à abertura de chamados técnicos para consumo do "Banco de Horas" de suporte e notificações de falhas de link.

**b)Reunião de Alinhamento (Kick-off):** Após a assinatura do contrato e antes do início da implantação, será realizada uma reunião inicial para definir o fluxo de abertura de chamados, a lista de servidores autorizados a solicitar suporte e o modelo de relatório mensal de SLA.

## **11.2.DO PREPOSTO DA CONTRATADA**

a)A Contratada deverá manter, durante toda a execução, um preposto formalmente designado, com poderes para representá-la administrativamente e tecnicamente. Este preposto será o ponto focal para o recebimento de notificações, Ordens de Serviço e, crucialmente, para o acionamento de planos de contingência em casos de crises severas (ex: rompimento de fibra óptica que isole o CICC de Cruzeiro do Sul), devendo possuir canal de contato disponível 24x7.

## **12.3.DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO PELA CONTRATANTE**

A execução será acompanhada por servidores designados para as funções de Gestor e Fiscal do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

## **11.4.ATRIBUIÇÕES DETALHADAS DO FISCAL DO CONTRATO**

Compete ao Fiscal do Contrato, responsável pelo acompanhamento técnico e operacional direto da execução, sem prejuízo de outras previstas em normativos:

- Conhecer o inteiro teor do Edital, deste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e da proposta da Contratada, para garantir que a execução esteja alinhada ao que foi pactuado.
- Avaliar, a cada ciclo de medição, a quantidade e a qualidade dos serviços executados, verificando se os ramais estão ativos e se a performance do sistema atende aos padrões de qualidade exigidos.
- Atestar, em documento hábil, a prestação mensal do serviço, após conferência prévia da conformidade do objeto contratado, sendo este ateste a condição para o pagamento.
- Controlar a efetividade e eficácia da execução em estrita observância ao Acordo de Nível de Serviço (SLA), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições ou deficiências.
- Acompanhar a entrega e instalação de novos terminais IP solicitados via Ordem de Serviço, verificando sua quantidade e qualidade.
- Registrar todas as ocorrências relevantes durante o período de execução do contrato em livro próprio ou sistema informatizado, incluindo falhas, descumprimentos de SLA e solicitações.
- Observar os prazos contratuais para a regularização de falhas e, na ausência de prazo específico, estabelecer, em conjunto com o Gestor, um prazo razoável para a medida saneadora.
- Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada no dia a dia.
- Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução, que poderá ser instruído com registros dos sistemas e outras evidências.
- Atuar em tempo hábil na solução dos problemas operacionais que porventura venham a ocorrer, desde que não ultrapassem suas competências.
- Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato, devidamente instruídas com seu parecer técnico.
- Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais glosas ou descontos no valor mensal dos serviços, em decorrência de descumprimentos do SLA ou falhas na prestação.
- Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretas aos seus empregados.

## **11.5.ATRIBUIÇÕES DETALHADAS DO GESTOR DO CONTRATO**

Compete ao Gestor do Contrato, responsável pela coordenação e pelo controle administrativo da contratação, sem prejuízo de outras previstas em normativos:

- Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública (PADP) referente à contratação, assegurando a correta instrução processual desde a emissão da Ordem de Serviço até a liquidação final do pagamento.
- Assegurar-se, em nível macro, do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente.
- Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatórios de ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências administrativas cabíveis para corrigi-las, como a abertura de processo para apuração de



responsabilidade.

- Analisar as notas e solicitações de glosas enviadas pelo fiscal, a fim de autorizar os descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, informando-as ao setor financeiro.
- Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de Ordem de Serviço.
- Acompanhar a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos, a fim de proceder às diligências administrativas para eventuais prorrogações, se possível e vantajoso, ou ao encerramento da contratação.
- Propor medidas que visem a otimização da execução do contrato ou a melhoria da relação custo-benefício para a Administração.
- Instruir e conduzir os processos para eventuais alterações contratuais (aditivos) ou para a aplicação de sanções administrativas, com base nos relatórios e pareceres do fiscal.
- Levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas, de forma instruída e com parecer técnico, as questões mais complexas, como a necessidade de modificações contratuais, alterações de cronogramas e outras informações relevantes para a tomada de decisão em nível superior.
- Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados, por meio da análise da documentação exigida para o pagamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO VALOR**

12.1. O valor total do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_, já incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas que sejam pertinentes ao objeto contratado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

13.1. A medição dos serviços para fins de pagamento será realizada mensalmente, com base na efetiva prestação e disponibilidade da solução no período de apuração.

13.2. O fiscal do contrato verificará o cumprimento das obrigações, a quantidade de ramais e serviços ativos, e o atendimento aos Níveis Mínimos de Serviço (SLA) para atestar a conformidade. A emissão do Ateste Mensal é a condição que autoriza a Contratada a emitir o documento fiscal para faturamento.

13.3. Após o ateste do fiscal, a Contratada deverá apresentar o documento fiscal de faturamento (Nota Fiscal/Fatura) para fins de liquidação e pagamento.

13.4. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

- a) SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP/AC
- b) CNPJ n.º 63.608.947/0001-08.
- c) Rua Benjamin Constant, nº 1015, Centro – Subsolo do Palácio das Secretarias, em Rio Branco – Acre

13.5. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

13.6. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

13.7. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I/365$ ), onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

13.8.Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Av. Getúlio Vargas, nº. 232 - Centro, Rio Branco - AC, 69900-150, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

13.9.Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

13.10.Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

13.11.A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

13.12.Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

13.13.A CONTRATADA entregará a Fatura/Nota Fiscal referente ao objeto deste CONTRATO/EMPENHO, acompanhadas das certidões atualizadas conforme relação seguinte:

- **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;**
- **Certidão Negativa de Contribuições Previdenciárias, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;**
- **Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal;**
- **Certidão Negativa de Débitos (CND) - expedida pela Secretaria Municipal de Finanças;**
- **Certidão de Quitação de Tributos Estaduais da Empresa e do(s) sócio(s), expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda;**
- **Certidão Negativa em relação à Dívida Ativa de Tributos Estaduais - expedida pela Procuradoria Geral do Estado - PGE;**
- **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;**
- **Certidão Negativa de Débitos da Empresa e do(s) sócio(s), expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Acre.**

13.14.Ocorrendo à devolução da nota fiscal por erro ou rasura, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da nova data de entrega no protocolo da CONTRATANTE.

13.15.O pagamento será feito em moeda corrente, por meio de ordem bancária.

13.16.A Nota Fiscal/Fatura deverá mencionar na respectiva informações sobre o produto, além de mencionar o número do contrato e número da nota de empenho.

13.17.Não sendo aprovada pela Administração, a Nota Fiscal será devolvida à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, reiniciando o prazo.

13.18.O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato a verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada dos romaneios/comprovações do serviço;

13.19.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente qualquer obrigação que lhe for imposta, sem que isso gere direito ao pleito de reajuste de preços ou correção monetária (quando for o caso).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

14.1.Os valores contratados serão reajustados, tendo como limite máximo a variação acumulada dos últimos 12 meses do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE), com data-base vinculada à data do orçamento estimado pela Administração, devendo ser observado o interregno mínimo de um ano (Inciso I, § 8º Art. 25 da Lei 14.133/2021).

14.2.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.3.No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.6.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Para a correta, eficiente e transparente execução do objeto contratual, e visando assegurar que a Contratada possua as condições necessárias para manter a disponibilidade ininterrupta do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) e de suas expansões, compete à CONTRATANTE (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP/AC), sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas na Lei nº 14.133/2021:

### **15.1.DA DESIGNAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

a)A CONTRATANTE deverá designar formalmente, por meio de portaria específica e previamente ao início da execução, os servidores públicos que atuarão nas funções de Gestor e Fiscal(is) do Contrato. Estes agentes serão os responsáveis por emitir as Ordens de Serviço (OS) para novas expansões, atestar os Estudos de Viabilidade Técnica (EVT) e validar tecnicamente as entregas críticas.

b)Caberá à equipe de fiscalização acompanhar in loco ou de forma assistida remota os testes de portabilidade dos tridígitos de emergência (190,192 e 193) durante as janelas de migração, emitindo o Termo de Recebimento Provisório e Definitivo de cada fase e de cada nova localidade ativada no interior do Estado.

### **56.2.DA GARANTIA DE ACESSO FÍSICO E LÓGICO E SEGURANÇA ORGÂNICA**

c)Acesso Físico: A CONTRATANTE deverá garantir o credenciamento e a autorização de acesso das equipes técnicas da Contratada às dependências dos Data Centers e salas de telecomunicações do CICC (em Rio Branco, Cruzeiro do Sul e nos futuros municípios contemplados pela expansão). O acesso deverá observar as rigorosas normas de segurança orgânica da SEJUSP/AC, exigindo-se a identificação prévia dos técnicos para a instalação e manutenção da infraestrutura de fibra óptica e dos terminais.

d)Acesso Lógico e Auditoria: Para viabilizar o suporte técnico ágil ao PABX Issabel, a CONTRATANTE fornecerá meios de acesso remoto seguro, obrigatoriamente criptografados (VPN - Virtual Private Network ou túneis SSH isolados), exclusivos para a equipe homologada da Contratada. A Administração manterá logs de auditoria de todo o tráfego realizado por estes túneis, resguardando a capacidade de rastrear alterações no sistema.

### **15.3.DA DISPONIBILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL**

e)Infraestrutura do Legado: Considerando que a solução engloba o suporte a um sistema que opera em servidores próprios do Estado, a SEJUSP/AC compromete-se a manter a integridade física do servidor (hardware, armazenamento, memória), bem como assegurar o fornecimento de energia elétrica estabilizada e a refrigeração nas salas técnicas.

f)Cláusula de Isenção de Responsabilidade (Equipamentos em Comodato): Fica expressamente estabelecido que a SEJUSP/AC não deterá qualquer responsabilidade civil, patrimonial ou financeira sobre os equipamentos cedidos em regime de comodato pela Contratada (Terminais IP, Gateways, Roteadores, DIOS, ONUs e Switches).

g)A Contratante é isenta do dever de indenização em casos de sinistros que afetem a infraestrutura da Contratada nas unidades do Estado, incluindo, mas não se limitando a: furtos qualificados ou roubos de equipamentos no interior das delegacias e batalhões; danos elétricos decorrentes de descargas atmosféricas (raios), surtos de tensão ou instabilidades na rede da concessionária de energia, eventos frequentes nos municípios do interior amazônico; ou eventos de força maior e desastres naturais.

#### **15.4.DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS E DIRETRIZES**

h)Fornecer tempestivamente as informações vitais para a configuração do ecossistema, tais como: o mapa atualizado de ramais e usuários; as diretrizes para a construção da árvore de atendimento da URA; as regras operacionais para a distribuição das filas de chamadas do 190 por região; e a validação formal dos áudios e mensagens a serem veiculados à população.

#### **15.5.DO ACOMPANHAMENTO, ATESTE E PAGAMENTO**

i)Atestar as Notas Fiscais mensais somente após a estrita verificação dos relatórios de Nível de Serviço (SLA), que deverão comprovar a disponibilidade mínima de 99,8% dos troncos ativados e o cumprimento dos tempos de resposta do suporte técnico.

j)Aplicar, mediante o devido processo administrativo, as glosas e os descontos previstos contratualmente em caso de desconformidade, efetuando o pagamento da parcela incontroversa nos prazos estabelecidos neste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Para a perfeita e integral execução do objeto desta Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, compete à CONTRATADA, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas no instrumento convocatório, na Ata, no contrato e na legislação vigente, o cumprimento irrestrito das seguintes responsabilidades fundamentais. Estas obrigações constituem os pilares para a entrega de uma solução de comunicação de missão crítica, com a qualidade, a segurança e a disponibilidade que as operações da Segurança Pública exigem.

#### **16.1.OBRIGAÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO**

a)Executar os serviços de telefonia (STFC) e suporte técnico com rigorosa observância às especificações deste Termo, alocando pessoal técnico devidamente qualificado e certificado em ambiente Linux/Asterisk.

b)Manter preposto formalmente designado, com poderes de decisão, para representar a empresa perante a Administração, recebendo notificações e Ordens de Serviço.

#### **16.2.OBRIGAÇÕES QUANTO À INFRAESTRUTURA E CONECTIVIDADE (LINKS)**

c)Garantir a disponibilidade mínima de 99,8% (noventa e nove vírgula oito por cento) mensal para os Troncos Digitais instalados.

d)Manutenção de Fibra (Cruzeiro do Sul): Monitorar proativamente a integridade da fibra óptica na unidade de Cruzeiro do Sul. Em caso de rompimento da via principal, a Contratada deve garantir o acionamento automático da redundância (física ou lógica) em tempo inferior a 50ms (milissegundos), assegurando que a chamada em curso não caia. A empresa é responsável por todo o reparo de rede externa (fusão de fibra, troca de cabos em postes) sem ônus adicional para a SEJUSP.

e)Realizar a Portabilidade Numérica e o roteamento dos Tridígitos (190, 192, 193) de forma transparente, responsabilizando-se tecnicamente por qualquer falha de completamento de chamadas de emergência oriundas de outras operadoras.

#### **16.3.OBRIGAÇÕES QUANTO AO SUPORTE DO SISTEMA LEGADO (ISSABEL)**

f)Prestar suporte técnico especializado (Nível 3) ao software PABX Issabel da SEJUSP, consumindo o Banco de Horas contratado para:

- Realizar atualizações críticas de segurança (*patches*) no Sistema Operacional e no motor Asterisk;
- Configurar e otimizar as **Filas de Atendimento do 190**, garantindo estratégias de transbordo e distribuição equitativa de chamadas entre os atendentes;
- Gerenciar o sistema de Gravação de Chamadas, garantindo a integridade e a indexação dos áudios para fins de auditoria.

g)Realizar backups periódicos das configurações do PABX (Full Backup de dialplan, banco de dados e arquivos de configuração), assegurando a capacidade de Disaster Recovery (restauração rápida) em caso de falha do servidor.

#### **16.4.OBRIGAÇÕES QUANTO AOS EQUIPAMENTOS (COMODATO)**

h)Fornecer e manter 36 (trinta e seis) Terminais Telefônicos IP em perfeito estado de funcionamento.

i)Realizar a substituição imediata, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, de qualquer aparelho que apresente defeito, vício ou desgaste, independentemente da causa, garantindo que nenhum posto de atendimento do CICC fique desguarnecido de telefone.

#### **16.5.OBRIGAÇÕES DE SIGILO, SEGURANÇA E LGPD (CRÍTICO)**

j)Sigilo Absoluto: Considerando que a Contratada terá acesso privilegiado ao servidor onde trafegam e são gravadas chamadas de emergência policial (crimes em andamento, denúncias, dados pessoais de vítimas), a empresa e seus técnicos obrigam-se a manter o mais absoluto sigilo sobre quaisquer dados ou áudios acessados. É vedada a cópia, reprodução ou divulgação de qualquer gravação do 190, sob pena de responsabilização criminal e administrativa imediata.

k)Conformidade LGPD: Cumprir rigorosamente a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), implementando medidas técnicas para proteger os metadados das chamadas e os registros dos cidadãos.

l)Regularidade ANATEL: Manter, durante toda a vigência, a autorização da ANATEL para a exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), garantindo a legalidade da interconexão.

#### **16.6.OBRIGAÇÕES DE TRANSIÇÃO**

m)Ao final do contrato, a Contratada obriga-se a realizar a "Desmobilização Assistida", cooperando para a portabilidade numérica dos troncos para uma nova operadora e fornecendo as senhas administrativas (root) atualizadas do sistema Issabel para a equipe da SEJUSP, garantindo que o Estado mantenha o controle sobre sua central telefônica.

#### **16.7.OBRIGAÇÕES DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA**

n)Ministrar, às suas expensas, treinamento técnico-operacional para a equipe de Tecnologia da Informação e Gestores da SEJUSP, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas, conforme especificado nos Requisitos da Contratação.

o)O treinamento deverá ser realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após o início da vigência contratual, em formato presencial (em Rio Branco) ou EAD (ao vivo), devendo a Contratada fornecer:

- Apostila ou material didático digital (PDF) sobre a administração do sistema Issabel;
- Certificado de participação para os servidores;
- Gravação das aulas (caso seja via EAD) para consulta futura.

p)O conteúdo programático deve habilitar os servidores a realizar a gestão básica do dia a dia (criação/exclusão de ramais, alteração de senhas, extração de relatórios de chamadas/gravações e diagnóstico básico de rede), garantindo a autonomia operacional da SEJUSP.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços ou os contratos dela decorrentes, a inexecução parcial ou total do objeto, o atraso injustificado na execução, ou qualquer outra falha no cumprimento das obrigações assumidas, sujeitará a CONTRATADA, garantido o prévio contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas no Capítulo II do Título IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e às demais normas aplicáveis, conforme detalhado a seguir.

#### **17.1.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

a)Constituem infrações administrativas, passíveis de sanção, as seguintes condutas, entre outras:

-Inexecução Parcial ou Total do Objeto: Consiste na entrega de equipamentos em desacordo com as especificações técnicas, na falha em concluir a implantação de uma Ordem de Serviço, ou no descumprimento das obrigações de serviço contínuo, como a falha em manter a disponibilidade de 99,8% da plataforma.

-Atraso Injustificado: Refere-se ao descumprimento do prazo máximo de 30 (trinta) dias para a implantação de uma

Ordem de Serviço, sem motivo justificado e previamente aceito pela Administração.

-Fraude na Execução do Contrato: A utilização de equipamentos de qualidade inferior aos especificados ou a tentativa de entregar uma solução que não atenda aos requisitos deste Termo de Referência.

## 17.2.DAS PENALIDADES APLICÁVEIS

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a)Advertência: Sanção de natureza educativa, a ser aplicada por escrito para faltas leves, assim consideradas aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

b)Multa:

- **Multa de Mora (por atraso):** 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de implantação, calculada sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 30 (trinta) dias. Após o 30º dia, o atraso poderá ser considerado inexecução.
- **Multa por Descumprimento de SLA:** Percentual do valor mensal do serviço, a ser definido em contrato, para cada descumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (SLA) de disponibilidade e suporte técnico.
- **Multa por Inexecução Parcial ou Total:** 10% a 30% sobre o valor total do contrato, a depender da gravidade da infração.

c)Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 3 (três) anos.

d)Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

## 17.3.DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

a)A aplicação de qualquer sanção será precedida de processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada, nos prazos legais. As sanções de multa poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais, e seu valor será descontado dos pagamentos devidos à Contratada ou, se for o caso, cobrado judicialmente.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1.Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

18.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;
- II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização

pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

18.2.1. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV observarão as seguintes disposições:

18.3. não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

18.4. assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação,

admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.

18.5. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

18.6. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

18.8. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

18.9. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

e) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA -DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

19.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

Programa de Trabalho: .....

Elemento de Despesa: .....

Fonte de Recurso: .....

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS**

20.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei no 14.133, de 2021, e demais



normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei no 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES**

21.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei no 14.133, de 2021.

21.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei no 14.133, de 2021).

21.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei no 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – MATRIZ DE RISCO**

22.1 Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos que integra o processo licitatório, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a CONTRATANTE sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

22.2. Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;

22.3. As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;

22.4. As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;

22.5. As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,

22.6. Outras informações relevantes.

22.7. Após a notificação, a CONTRATANTE decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a CONTRATADA. Em sua decisão a CONTRATANTE poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

22.8. A concessão de qualquer isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula contratual respectiva.

22.9. O reconhecimento pela CONTRATANTE dos eventos descritos no Anexo deste Objeto que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

22.10. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 01 (um) dia útil, contados da data da ocorrência do evento.

22.11. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

22.12. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

22.13. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

22.14. O Contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

22.15. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

22.16. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos no Anexo Matriz de Riscos, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ANTICORRUPÇÃO**

23.1. Compromisso com a Integridade: A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

23.2. Conformidade com a Legislação: A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

23.3. Canal de Denúncias: A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da

(SEJUSP), assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

23.4. E-mail: [ouvidoria.sejusp@ac.gov.br](mailto:ouvidoria.sejusp@ac.gov.br); Telefone/WhatsApp: 68 9903-8018; Endereço: RUA BENJAMIN CONSTANT, 1015, - Bairro CENTRO, Rio Branco/AC, CEP 69900-064

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

24.1 É admitida a subcontratação parcial da execução do objeto, até o limite de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, condicionada à prévia análise e autorização expressa da CONTRATANTE, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

24.2. A subcontratação não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais, permanecendo ela como única responsável perante a CONTRATANTE pela qualidade dos serviços e materiais empregados, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto.

24.3. É vedada a subcontratação total do objeto (sub-rogação completa).

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO**

25.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – FORO**

26.1. Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco, Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**



Documento assinado eletronicamente por **KATIA MARIA OLIVEIRA DA COSTA, Chefe(a) de Divisão**, em 26/05/2026, às 20:43, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020868746** e o código CRC **3EAA0CEA**.

## ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados \_\_\_\_\_, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

EMAIL: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

### CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 2.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA

OU

### INSERIR A TABELA DO TERMO DE REFERÊNCIA AQUI

Item	Especificação	Unid.	Qtd Registro	Qtd Consumo	Valor Unitário	Valor Total
01	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	Und.	xx	xx	XXXXXXXX	XXXX

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

**Declaramos** que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**Declaramos** que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa

#### Notas:

- Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.
- O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
- Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.
- Nota Explicativa:**
  - Para os itens 01, 02 do Lote único, o Licitante deverá cadastrar no sistema "Comprasnet", o valor da coluna "08" (valor anual), que será o valor referencial para o julgamento da proposta.
    - A Coluna "08" (valor anual) se dá da multiplicação do valor unitário (coluna 06) x 60 meses (coluna 05)
    - A Coluna "09" (valor total para Registro) se dá da multiplicação da coluna "04" (Quantidade para Registro) x a Coluna "08" (Valor Anual)
  - Para os itens 03 e 04 do Lote único, o Licitante deverá cadastrar no sistema "Comprasnet", o valor da coluna "06" (valor unitário), que será o valor referencial para o julgamento da proposta.
    - Sendo que o valor da Coluna "07" para os itens 03 e 04 se dá da multiplicação da coluna "04" (Quantidade para Registro) x Coluna "06" (preço unitário)
  - A formulação dos lances também deverá obedecer a este mesmo critério, ressaltamos que a aplicação deste método se dá em razão de impossibilidade de cadastramento de pregão eletrônico com critério de julgamento utilizando

concomitantemente quantidades, prazos e valores.

.

## ANEXO V DO EDITAL - MATRIZ DE RISCO

**NÃO SE APLICA**

---

**Referência:** Processo nº 0819.012817.00037/2025-19

SEI nº 0021338809